

RESENHAS

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Branquitude em questão: Reflexões sobre o livro de Cida Bento

Alexia Henning (alexiahenning330@gmail.com)

Mestranda em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Antes de iniciar a discussão proposta é importante contextualizar que a autora do livro, Maria Aparecida da Silva Bento, mais conhecida como Cida Bento, nasceu em 1952, na zona norte de São Paulo. Ativista e Doutora em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), Cida Bento também é cofundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), sendo considerada uma das mais relevantes intelectuais e ativistas do movimento contemporâneo.

185

No que respeito às suas produções intelectuais, seus principais temas de análise se centram nas relações entre racismo e psicologia, sendo ela uma referência obrigatória para os estudos sobre branquitude, com contribuições de grande relevância para a compreensão e superação das desigualdades econômicas e raciais no Brasil, especialmente nas áreas relacionadas à educação e trabalho. Tem uma participação em eventos e conquistas que promovem a luta contra a discriminação racial no Brasil, com foco em práticas pedagógicas que valorizam a diversidade nas escolas.

O livro: *O Pacto da Branquitude* (2022), Bento enfatiza que não existe um *problema negro* no Brasil, mas sim problemas nas relações entre negros e brancos, marcadas pela dominação de um grupo sobre outro nas esferas política, cultural e econômica. Essa dominação, segundo a autora, sempre irá manter os privilégios para um dos grupos, no caso da branquitude, e perpetuar o outro grupo condições precárias de vida da população negra, muitas vezes levando à morte. Assim, conforme destaca Djamila Ribeiro (2018): “racismo é um sistema de opressão que vai além de ofensas, negando direitos” (p.72), o que reforça a ideia da autora ao ressaltar que o racismo estrutural opera para manter desigualdades.

Contudo, a obra poderia ser problematizada ao considerar que o racismo estrutural não opera isoladamente, mas intersecciona-se com o capitalismo, que também marginaliza pessoas brancas em condições de pobreza, como apontam dados do IBGE, que indicam que cerca de

18% das pessoas pobres no Brasil são brancas. Essa interseção sugere que a desigualdade não é exclusivamente racial, mas também de classe, o que a autora poderia explorar mais profundamente para evitar generalizações sobre a branquitude como um todo.

A música *O que se cala*, composta por Douglas Germano e interpretada por Elza Soares (2018), reforça a crítica ao racismo estrutural ao expressar a resistência contra o silenciamento de grupos marginalizados, com versos como: “Minha voz/ Uso pra dizer o que se cala/ O meu país/ É o meu lugar de fala.” (Germano, 2018). Esses versos destacam a luta por afirmar as narrativas de populações não brancas, desafiando as estruturas que tentam suprimir suas vozes.

No primeiro capítulo, Cida Bento (2022) elabora o conceito de *pacto narcísico*, descrito como a cumplicidade entre pessoas brancas para preservar privilégios, marginalizando a pluralidade de outras populações. Esse pacto é visto como um ato de autopreservação, onde o *diferente* ameaça o que a branquitude considera *normal*, sustentando a supremacia branca no cerne do preconceito. Complementando essa análise: “a hegemonia branca criada pelo racismo confere privilégios sociais a um grupo em detrimento de outro” (Ribeiro, 2018, p. 40).

Contudo, a ideia de *pacto narcísico* poderia ser problematizada: ao atribuir a manutenção de privilégios a todos os brancos, Cida Bento corre o risco de generalizar, ignorando que pessoas brancas em condições de vulnerabilidade socioeconômica, como os 18% mencionados pelo IBGE, não se beneficiam diretamente desse sistema. Uma análise mais nuançada, incorporando a perspectiva de classe, como sugerem Schwarcz (2013) em *Nem preto nem branco, muito pelo contrário* e Fernandes e Bastide (2008) em *Branco e negros em São Paulo*, poderia enriquecer o debate.

A autora, questiona a *meritocracia*, conceito que justifica desigualdades ao atribuir a ocupação de espaços de poder por pessoas brancas a uma suposta superioridade, enquanto a ausência de pessoas negras seria decorrente de falta de preparo. *Meritocracia*, aqui, refere-se à crença de que o sucesso depende exclusivamente do esforço individual, ignorando barreiras estruturais como o racismo e a herança escravocrata. A autora denuncia como essa herança privilegia pessoas brancas, que se beneficiam desse legado no cotidiano, enquanto destaca a necessidade de valorizar a contribuição cultural do povo negro, em vez de perpetuar a narrativa da escravidão como fardo.

Neste sentido, Djamila Ribeiro (2018) reforça: “Foram 354 anos de escravidão e, depois, não se criaram mecanismos de inclusão para a população negra, como foram criados para os imigrantes” (p. 65). Ambas defendem um Brasil que celebre a cultura negra, mas Cida Bento poderia problematizar mais explicitamente por que políticas inclusivas, como as

sugeridas por Djamila Ribeiro (2018), ainda enfrentam resistência, especialmente entre a classe burguesa, que perpetua privilégios independentemente da etnia.

Os brancos europeus consolidaram sua influência ao se posicionarem como o *homem universal*, criando, assim, uma identidade comum que definiu africanos e negros como o *outro*, estabelecendo as bases para a desigualdade racial. E assim, vemos as gêneses dessa desigualdade nas relações, que como vimos no decorrer da história da humanidade, permitiu que estes disseminassem sua visão de mundo através de suas projeções com os atos de repressão, marcada principalmente por brutalidade contra as populações negras e indígenas que eram consideradas ameaças aos seus interesses.

No pensamento de Cida Bento (2022), o conceito de *Capitalismo Racial* descreve um sistema de dominação que opera por meio da exploração baseado em etnia, gênero e classe, mascarada por um discurso de liberalismo meritocrático¹ que justifica desigualdades. Bento (2022) introduz a figura da *sinhazinha* como um conceito-chave que simboliza a mulher branca privilegiada, cuja posição histórica perpetua a marginalização de mulheres negras no mercado de trabalho e na sociedade. Essa análise dialoga com Djamila Ribeiro (2018), que reforça como o racismo e o machismo interseccionados desumanizam mulheres negras, tratando seus corpos como mercadorias, evidenciando a centralidade desses conceitos para compreender as estruturas de opressão.

Contudo, é necessário problematizar: a desvalorização no mercado de trabalho não afeta apenas mulheres negras, mas também mulheres brancas de classes populares, que enfrentam discriminação de gênero e classe, ainda que em menor grau. Essa interseção de opressões, como discutido por Schwarcz (2013), merece maior atenção para evitar a redução da análise a uma dicotomia racial.

A historiografia oficial frequentemente silencia a resistência negra e indígena, ignorando a importância da *memória coletiva*, um conceito construído por meio do ensino, patrimônio histórico e documentos legislativos, como a *Lei nº 10.639/2003*, que torna obrigatório o ensino de história da África e suas consequências no Brasil. *Memória coletiva* fortalece laços grupais e dá significado às experiências compartilhadas, sendo os quilombos exemplos de espaços de resistência e valorização cultural.

¹ O termo combina os princípios do liberalismo clássico, como a liberdade individual e o livre mercado, com a meritocracia, que enfatiza a ascensão social baseada no esforço, talento e competência. Nesse sistema, o Estado deve garantir igualdade de oportunidades, permitindo que os resultados socioeconômicos reflitam o mérito individual, sem privilégios herdados ou barreiras artificiais. (Hayek, F. A., 1960; Rawls, 1971).

Ao longo de sua narrativa, Bento (2022) faz uma análise da personalidade autoritária da branquitude, que projeta a raiva e ressentimentos nos grupos minorizados que são vistos como *inimigos* para desviar a atenção das desigualdades reais. Portanto, ela tenta promover uma tomada de consciência sobre como essas atitudes autoritárias e etnocêntricas operam, sendo claramente um problema sistêmico e não individual.

Bento (2022) analisa a personalidade autoritária da branquitude, que projeta raiva e ressentimentos em grupos marginalizados, vistos como *inimigos*, para desviar a atenção das desigualdades. No entanto, associar essa análise a fenômenos como *trumpismo* e *bolsonarismo* pode desviar o foco da discussão social e de memória para o campo político, enfraquecendo a argumentação aqui proposta. Esses movimentos, marcados por racismo, machismo e desprezo pelos direitos humanos, expressam narrativas de ressentimento, mas a obra poderia problematizar se todos os brancos que aderem a esses discursos são privilegiados ou se são manipulados por uma elite burguesa que perpetua desigualdades. Djamila Ribeiro (2018) questiona: “Por que se tem compreensão com quem está oprimindo e não com quem está sendo oprimido?” (p. 29), apontando para a hipocrisia dessas narrativas.

Ao analisar o racismo institucional, a autora destaca que a suposta neutralidade dos processos seletivos mascara preconceitos que dificultam a inserção de pessoas negras no mercado de trabalho, que são sempre vistos como espaços destinados aos brancos. Fazendo referência a uma música infantil tradicional do folclore brasileiro bastante conhecida: “Um elefante incomoda muita gente / Dois elefantes incomodam muito mais! / Três elefantes incomodam muita gente / Quatro elefantes incomodam muito mais!” (Luporini, 2006). Utilizando de forma metafórica de maneira crítica e irônica para ilustrar como a presença de pessoas negras em ambientes predominantemente branco é visto como uma ameaça aos seus privilégios.

Como professora de adolescentes no sul do Brasil, observo a dificuldade de desconstruir o imaginário racista, reforçado por materiais didáticos que, mesmo com a *Lei nº 10.639/2003*, ainda priorizam narrativas eurocêntricas. Nesse sentido, Bento (2022) propõe políticas de diversidade e equidade para combater o racismo estrutural, desde a educação até o mercado de trabalho. Djamila Ribeiro (2018) complementa, defendendo que: “cotas não são pensão, mas medidas emergenciais temporárias que devem existir até as distâncias diminuïrem” (p. 74). Essas ações afirmativas, como as cotas raciais, são essenciais para reduzir as desigualdades herdadas dos 354 anos de escravidão.

Conclui-se que mudar a realidade exige reconhecer que o sistema foi construído para manter desigualdades, beneficiando principalmente a classe burguesa, e não todos os brancos,

como sugerem os 18% de brancos pobres apontados pelo IBGE. Pois, “nossa luta é para pensar as bases de um novo marco civilizatório” (Ribeiro, 2018, p. 26), assim, é possível ampliar o conceito de humanidade para incluir a todos. A música *O que se cala* (Germano, 2018) reforça esse apelo por escuta e reconhecimento da humanidade de todos. Não existe um *problema negro*, mas um problema da branquitude e da elite burguesa que precisa ser enfrentado.

Referências

- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- FERNANDES, Florestan; Bastide, Roger. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Global Editora, 2008.
- GERMANO, Douglas. O Que Se Cala. In: Soares, Elza. **Deus É Mulher**. São Paulo: Deckdisc, 2018.
- HAYEK, F. A. **The Constitution of Liberty**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- LUPORINI, Marcos. **Um elefante incomoda muita gente**. In: Galinha Pintadinha. vol. 1. Bromélia Produções, 2006. 1 faixa.
- RAWLS, J. A **Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Resenhas

Recebido em: 30 abr. 2025.
Aprovado em: 08 jun. 2025.